

***Este foi o tema central do painel “Proposta de coberturas para eventos catastróficos”, do 8º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro***

Cutura. Essa palavra é a chave para que o mercado brasileiro e, sobretudo, as esferas do poder público, internalizem a importância do seguro paramétrico para defender ativos e sociedade de eventuais catástrofes, sobretudo na atualidade, onde, definitivamente, as transformações climáticas estão mais intensas e, em alguns casos, devastadoras. Esse aspecto foi o ponto convergente do painel técnico I “Proposta de coberturas para eventos catastróficos”, do 8º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro, realizado na tarde desta segunda-feira, 8, no Windsor Convention Expo Center, da Barra da Tijuca, que teve como coordenadora a diretora técnica da Axax XL, Thisiani Martins.

Palestrante do painel, Rubem Hofliger, diretor de soluções públicas da Swiss Re para a América Latina, alertou que os seguros não acompanham o crescimento dos ativos públicos e que somente quando há uma catástrofe é que se percebe o volume das perdas seguradas. “Há brechas cada vez maiores”, alertou o executivo, complementando que a responsabilidade por tais vácuos acabam recaindo sobre os governos, que não incorporam a cultura securitária em suas políticas públicas, especialmente em cenários preventivos para catástrofes.

Hofliger apontou que, nos últimos 30 anos, a evolução das perdas por desastres naturais atingiu impiedosamente estado e população brasileiros. “Por isso oferecemos soluções para ajudar os governos”. Segundo ele, a redução e financiamento efetivos de riscos de catástrofes requerem uma resposta conjunta dos setores público e privado.

Importante ressaltar que desde 2012, logo após a tragédia que assolou a Região Serrana no estado do Rio de Janeiro, a Confederação das Seguradoras (CNseg) vem alertando mercado e governos sobre a necessidade da criação de um modelo de seguro anticatástrofe no País, justamente para evitar que o governo arque sozinho com indenizações. Como destacou Hofliger, alternativas como o aumento de impostos e o endividamento para cobrir as indenizações desdobram-se na perda de crédito do país, com o rating em queda livre.

O executivo da Swiss Re destacou vantagens para os governos ao contarem com um seguro como apoio à gestão orçamentária pública. Ele as traduz como uma forma eficiente para lidar com as consequências financeiras das catástrofes naturais e uma garantia de acesso aos recursos das coberturas contratadas para a recuperação dos danos, além de proporcionarem uma entrega rápida, especialmente por meio de seguros paramétricos. “O seguro paramétrico é valioso para o governo pela resposta rápida que oferece, em até 30 dias. Por isso é fundamental a análise para se fazer um produto sob medida à necessidade do cliente”, assinalou Hofliger.

Nada funcionará, contudo, se não houver preliminarmente um trabalho de prevenção e mitigação de riscos em todos os níveis possíveis de governo e, inclusive, no plano individual, ou seja, do cidadão, para evitar que os prejuízos causados por catástrofes transformem-se em uma indesejável herança para as gerações futuras.

No ano passado, as perdas econômicas associadas às catástrofes naturais e aos desastres provocados pelo homem chegaram a 155 bilhões de dólares, indicaram avaliações da Swiss Re.

Vice-presidente de Contratos da JLT R Brasil, Pedro Farme endossou o comentário de Hofliger, ressaltando que as catástrofes também estão atreladas ao terrorismo e até mesmo às crises econômicas que afetaram vários países nos últimos anos. O impacto econômico e social, explicou ele, é intenso. “Quanto à crise financeira, começamos a respirar e sabemos bem como é”, ressaltou Farme, lembrando que a indústria do seguro, nestes casos, é fundamental para a proteção financeira e reposição do bem público, em todos os níveis. “O grande segurado está acostumado, mas o pequeno comércio, não. O governo é um ente que precisa dar uma resposta rápida”, disse ele, comparando o desfecho das indenizações das tragédias na Serra Fluminense com o maremoto

no Japão, em 2011. Enquanto no Brasil o processo é extremamente vagaroso, no país da Ásia Oriental a resposta foi muito mais rápida com a parceria entre poder público e setor securitário.

### **Seguro paramétrico para uma nova realidade**

“O clima mudou e o impacto econômico é cada vez maior”, assinalou Stéphane Godier, chefe de distribuição e líder de paramétrico da Axa XL Insurance na América Latina, um dos debatedores do painel. Para ele, não há mecanismo de mercado mais eficiente que os seguros paramétricos para proteger a sociedade de qualquer infortúnio.

Temperatura, chuva, velocidade do vento, rendimento e magnitude são parâmetros que estão correlacionados com possíveis perdas reais. Por esse caminho percorre o seguro paramétrico. “São soluções flexíveis para PPP’s (Parceiras Público-Privadas) e pessoas comuns”, completou Godier, reforçando a transparência como uma das características mais louváveis do seguro paramétrico: “O pagamento é acionado por um parâmetro independente e confiável. Ao cobrir contra evento pré-definido, em vez de proteger ativos físicos, as soluções paramétricas preenchem as lacunas de seguros em interrupção de negócios sem danos.”

CEO da Austral, Frederico Ferreira foi categórico: “Por que o seguro paramétrico não decolou ainda? Porque, no Brasil, a gente acha que não vai acontecer nada”. Para ele, o País, culturalmente, mantém uma “ótica romântica” em relação às catástrofes. Esse olhar precisa ser revertido, sinalizou Ferreira, defendendo a tese de que a transferência da gestão de risco deve ser, no mínimo compartilhada entre poder público e o setor privado, o que não acontece, explicou, porque se esbarra em questões políticas, que emperram, entre outras, a difusão do seguro paramétrico no mercado brasileiro.

Também entre os debatedores, Chris Cadorna, sócio da HFW, explanou sobre aspectos jurídicos que cercam a confiabilidade dos dados do seguro paramétrico, mas alertou para um detalhe fundamental: “Para um seguro ser válido, o segurado precisa ter interesse. O governo, por exemplo, não está contratando um seguro para se autoindenizar, mas, sim, para indenizar a população.”

A Susep, órgão regulador do setor, vem fazendo sua parte ao avaliar vários produtos que cobrem catástrofes. Mas falta governo e população perceberem que seguro é, definitivamente, fundamental para o destino (sobretudo econômico) do País.

**Fonte:** CNseg, em 09.04.2019.